

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	50
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	52
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	53
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	527.266
Preferenciais	0
Total	527.266
Em Tesouraria	
Ordinárias	815
Preferenciais	0
Total	815

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	4.464.955	4.152.837
1.01	Ativo Circulante	1.046.951	808.458
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	171.081	179.243
1.01.03	Contas a Receber	581.409	504.173
1.01.03.01	Clientes	581.409	504.173
1.01.04	Estoques	11.334	11.627
1.01.06	Tributos a Recuperar	42.985	24.374
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	42.985	24.374
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição a compensar	23.724	9.351
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	19.261	15.023
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.822	9.257
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	233.320	79.784
1.01.08.03	Outros	233.320	79.784
1.01.08.03.01	Ativo financeiro setorial	124.501	20.668
1.01.08.03.02	Outros créditos	108.716	59.116
1.01.08.03.03	Derivativo	103	0
1.02	Ativo Não Circulante	3.418.004	3.344.379
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.859.752	1.850.236
1.02.01.04	Contas a Receber	120.012	113.340
1.02.01.04.01	Clientes	120.012	113.340
1.02.01.07	Tributos Diferidos	332.656	367.361
1.02.01.07.01	Créditos Fiscais diferidos	332.656	367.361
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.407.084	1.369.535
1.02.01.10.03	Depósito Judiciais	68.228	65.465
1.02.01.10.04	Tributos a compensar	32.219	28.436
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro setorial	13.805	51.461
1.02.01.10.06	Ativo financeiro da concessão	1.259.955	1.198.822
1.02.01.10.07	Outros créditos	297	22.114
1.02.01.10.08	Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.565	3.237
1.02.01.10.09	Derivativos	30.015	0
1.02.03	Imobilizado	15.693	24.039
1.02.04	Intangível	1.542.559	1.470.104

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	4.464.955	4.152.837
2.01	Passivo Circulante	715.672	784.576
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	17.306	24.432
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	17.306	24.432
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	17.306	24.432
2.01.02	Fornecedores	433.477	405.418
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	433.477	405.418
2.01.03	Obrigações Fiscais	76.613	76.443
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	39.851	38.899
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	2
2.01.03.01.02	Programa de integração social - PIS	4.207	5.352
2.01.03.01.03	Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	19.469	16.479
2.01.03.01.04	PIS COFINS parcelamento	10.612	0
2.01.03.01.05	Outras obrigações	5.563	17.066
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	36.762	37.544
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	36.762	37.544
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	27.168	32.133
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	26.020	20.008
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	22.976	20.008
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	3.044	0
2.01.04.02	Debêntures	1.148	12.125
2.01.05	Outras Obrigações	161.108	158.585
2.01.05.02	Outros	161.108	158.585
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	38.962	77.428
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	121.856	81.123
2.01.05.02.07	Derivativos	118	0
2.01.05.02.08	Entidade Previdência Privada	172	34
2.01.06	Provisões	0	87.565
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	55.418
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	0	25.297
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	0	30.121
2.01.06.02	Outras Provisões	0	32.147
2.01.06.02.04	Provisões regulatórias	0	32.147
2.02	Passivo Não Circulante	2.067.399	1.762.779
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.569.368	1.342.197
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	871.230	31.093
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	27.410	31.093
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	843.820	0
2.02.01.02	Debêntures	698.138	1.311.104
2.02.02	Outras Obrigações	334.985	337.768
2.02.02.02	Outros	334.985	337.768
2.02.02.02.03	Entidade de previdência privada	79.241	77.589
2.02.02.02.06	Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	14.011	18.839
2.02.02.02.07	Outras contas a pagar	104.920	112.902
2.02.02.02.08	Fornecedor	135.370	128.438

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.02.02.02.09	Derivativos	1.443	0
2.02.04	Provisões	163.046	82.814
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	163.046	82.814
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	21.910	21.846
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	56.500	38.890
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	41.298	22.078
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórios	42.970	0
2.02.04.01.06	Outros	368	0
2.03	Patrimônio Líquido	1.681.884	1.605.482
2.03.01	Capital Social Realizado	1.495.084	1.495.084
2.03.02	Reservas de Capital	103.545	103.545
2.03.04	Reservas de Lucros	62.725	62.725
2.03.04.01	Reserva Legal	59.302	59.302
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	11.479	11.479
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-8.056	-8.056
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	68.925	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-48.395	-55.872

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	872.493	1.766.029	745.785	1.512.283
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-736.359	-1.464.605	-690.879	-1.322.448
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-591.765	-1.159.734	-502.722	-959.690
3.02.02	Custo de Operação	-77.383	-148.028	-84.139	-174.076
3.02.03	Custo com Serviços Prestados a Terceiros	-67.211	-156.843	-104.018	-188.682
3.03	Resultado Bruto	136.134	301.424	54.906	189.835
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-64.166	-120.270	-65.301	-125.241
3.04.01	Despesas com Vendas	-24.568	-36.015	-19.351	-38.231
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-31.520	-60.186	-38.843	-72.795
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-8.078	-24.069	-7.107	-14.215
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	71.968	181.154	-10.395	64.594
3.06	Resultado Financeiro	-33.896	-56.391	-28.611	-59.821
3.06.01	Receitas Financeiras	14.508	39.973	24.718	46.490
3.06.02	Despesas Financeiras	-48.404	-96.364	-53.329	-106.311
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	38.072	124.763	-39.006	4.773
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-15.559	-46.530	12.293	-5.514
3.08.01	Corrente	14.066	-10.882	10.443	702
3.08.02	Diferido	-29.625	-35.648	1.850	-6.216
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	22.513	78.233	-26.713	-741
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	22.513	78.233	-26.713	-741
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	42,76000	148,60000	-50,74000	-1,41000
3.99.01.02	PN	0,00000	0,00000	-50,74000	-1,41000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	42,76000	148,60000	-50,74000	-1,41000
3.99.02.02	PN	0,00000	0,00000	-50,74000	-1,41000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	22.513	78.233	-26.713	-741
4.02	Outros Resultados Abrangentes	7.470	7.477	0	0
4.02.01	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	7.470	7.477	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	29.983	85.710	-26.713	-741

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-52.693	182.083
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	279.822	210.502
6.01.01.01	Prejuízo Líquido Antes da CSLL e IRPJ	124.764	4.773
6.01.01.02	Amortização	88.227	72.858
6.01.01.03	Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	0	-10.932
6.01.01.05	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3.411	14.520
6.01.01.06	Provisão para riscos fiscais, civeis, trabalhista e regulatórios	14.797	10.287
6.01.01.07	Encargos de dívidas e atualização monetárias e cambiais	33.846	95.124
6.01.01.08	Despesa (receita) com entidade de previdência privada	4.921	4.911
6.01.01.10	Perda (ganho) na baixa de não circulante	9.856	18.961
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-257.732	68.859
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-88.252	133.799
6.01.02.02	Tributos a compensar	-21.722	-6.711
6.01.02.03	Almoxarifado	0	318
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-1.920	-5.484
6.01.02.05	Ativo Fianciero Setorial	-68.698	0
6.01.02.06	Contas a Receber CDE	8.466	-33.848
6.01.02.07	Outros Ativos Operacionais	-88.260	-5.267
6.01.02.09	Fornecedores	34.991	-79.551
6.01.02.10	Outras obrigações com entidade de previdência privada	-3.131	-3.004
6.01.02.11	Passivo Financeiro Setorial	0	94.532
6.01.02.12	Outros tributos e contribuições	-4.655	-18.885
6.01.02.14	Txas Regulamentares	-38.467	6.575
6.01.02.16	Processos Fiscais, Cíveis, Trabalhistas e Regulatório	-25.298	-6.638
6.01.02.17	Contas a pagar CDE	9.816	0
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	29.398	-6.977
6.01.03	Outros	-74.783	-97.278
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição pagos	-10.883	-17.048
6.01.03.02	Encargos de Dívida e Debêntures pagos	-63.900	-80.230
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-156.122	-172.878
6.02.01	Titulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	-115	0
6.02.03	Adições do intangível	-156.007	-172.878
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	200.653	-7.292
6.03.01	Amortização de principal de empréstimo e debêntures	-919.001	-7.292
6.03.02	Captção de empréstimos e debêntures	1.119.654	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-8.162	1.913
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	179.243	145.925
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	171.081	147.838

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.495.084	95.489	70.781	0	-55.872	1.605.482
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.495.084	95.489	70.781	0	-55.872	1.605.482
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	68.925	7.477	76.402
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	78.233	0	78.233
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-9.308	7.477	-1.831
5.05.02.06	Efeito da Aplicação inicial do CPC 48	0	0	0	-9.308	0	-9.308
5.05.02.08	Outros resultados abrangentes, risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	0	0	0	0	7.477	7.477
5.07	Saldos Finais	1.495.084	95.489	70.781	68.925	-48.395	1.681.884

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.386.558	-4.492	96.003	0	-56.439	1.421.630
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.386.558	-4.492	96.003	0	-56.439	1.421.630
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-741	0	-741
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-741	0	-741
5.05.02.06	Prejuízo líquido do período	0	0	0	-741	0	-741
5.07	Saldos Finais	1.386.558	-4.492	96.003	-741	-56.439	1.420.889

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	2.918.667	2.578.813
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.765.235	2.404.651
7.01.02	Outras Receitas	156.843	188.682
7.01.02.01	Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	156.843	188.682
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-3.411	-14.520
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.522.357	-1.331.789
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.281.038	-1.057.666
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-193.159	-222.303
7.02.04	Outros	-48.160	-51.820
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.396.310	1.247.024
7.04	Retenções	-88.396	-72.233
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-74.181	-72.233
7.04.02	Outras	-14.215	0
7.04.02.01	Amortização do Intangível de concessão	-14.215	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.307.914	1.174.791
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	42.963	46.490
7.06.02	Receitas Financeiras	42.963	46.490
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.350.877	1.221.281
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.350.877	1.221.281
7.08.01	Pessoal	84.884	111.993
7.08.01.01	Remuneração Direta	50.867	82.098
7.08.01.02	Benefícios	29.711	22.923
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.306	6.972
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.082.537	989.724
7.08.02.01	Federais	495.082	435.909
7.08.02.02	Estaduais	587.170	553.523
7.08.02.03	Municipais	285	292
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	105.223	120.305
7.08.03.01	Juros	97.192	107.092
7.08.03.02	Aluguéis	8.031	13.213
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	78.233	-741
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	78.233	-741

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – RGE Sul

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	2º Trimestre			1º Semestre		
	2018	2017	Variação	2018	2017	Variação
Receita operacional bruta	1.455.757	1.241.619	17,2%	2.922.078	2.585.362	13,0%
Fornecimento de energia elétrica (*)	1.069.752	859.610	24,4%	2.200.050	2.022.718	8,8%
Suprimento de energia elétrica (*)	62.088	115.556	-46,3%	62.243	133.197	-53,3%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	67.211	104.019	-35,4%	156.843	188.682	-16,9%
Outras receitas operacionais	222.537	139.737	59,3%	409.166	216.847	88,7%
Ativo e passivo financeiro setorial	34.169	22.696	50,6%	93.775	(94.077)	-199,7%
Deduções da receita operacional	(583.264)	(495.834)	17,6%	(1.156.049)	(1.073.078)	7,7%
Receita operacional líquida	872.493	745.785	17,0%	1.766.029	1.512.283	16,8%
Custo com energia elétrica	(591.765)	(502.722)	17,7%	(1.159.734)	(959.690)	20,8%
Energia comprada para revenda	(482.934)	(461.698)	4,6%	(938.859)	(880.865)	6,6%
Encargo de uso do sist transm distrib	(108.831)	(41.024)	165,3%	(220.875)	(78.825)	180,2%
Custos e despesas operacionais	(208.760)	(253.458)	-17,6%	(425.140)	(487.999)	-12,9%
Pessoal	(41.916)	(39.590)	5,9%	(79.101)	(81.282)	-2,7%
Entidade de previdência privada	(2.461)	(2.280)	7,9%	(4.922)	(4.911)	0,2%
Material	(4.510)	(7.067)	-36,2%	(9.931)	(15.790)	-37,1%
Serviço de terceiros	(26.320)	(31.673)	-16,9%	(52.680)	(62.234)	-15,4%
Amortização	(42.892)	(29.229)	46,7%	(74.012)	(58.018)	27,6%
Amortização de intangível de concessão	(7.107)	(7.107)	0,0%	(14.215)	(14.215)	0,0%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(67.211)	(104.018)	-35,4%	(156.843)	(188.682)	-16,9%
Outros	(16.344)	(32.494)	-49,7%	(33.437)	(62.867)	-46,8%
Resultado do serviço	71.967	(10.395)	-792,4%	181.155	64.594	180,5%
Resultado financeiro	(33.897)	(28.611)	18,5%	(56.391)	(59.821)	-5,7%
Receitas financeiras	14.508	24.718	-41,3%	39.973	46.490	-14,0%
Despesas financeiras	(48.404)	(53.329)	-9,2%	(96.364)	(106.311)	-9,4%
Resultado antes dos tributos	38.070	(39.006)	-197,6%	124.764	4.773	2514,0%
Contribuição social	(4.053)	3.310	-222,5%	(12.372)	(1.452)	752,3%
Imposto de renda	(11.505)	8.983	-228,1%	(34.159)	(4.062)	741,0%
Resultado Líquido do Período	22.513	(26.713)	-184,3%	78.233	(741)	-10662,1%
EBITDA	121.966	25.941	370,2%	269.382	136.827	96,9%

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho, não foi realizada a reclassificação de receita de disponibilidade de rede ao consumidor cativo - TUSD (nota 23)

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 2º trimestre de 2018 foi de R\$ 1.455.757, apresentando aumento de 17,2% (R\$ 214.138) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 1.388.546, apresentando aumento de 22,1% (R\$ 250.946) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** aumento de 24,4% (R\$ 210.142), principalmente pelo aumento de: (i) 29,4% na tarifa média decorrente principalmente do reajuste tarifário de abril de 2018 de 22,47% (percepção do consumidor), compensado pela redução (ii) redução de 3,8% no volume de energia elétrica vendida.
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** redução de 46,3% (R\$ 53.468), principalmente na redução de volume de energia elétrica comercializada no curto prazo, associado às recontabilizações de operações realizadas na CCEE de períodos anteriores.
- iii. **Outras receitas operacionais:** aumento de 59,3% (R\$ 82.800) basicamente pelos aumentos em: (i) outras receitas e rendas (R\$ 29.137), principalmente decorrente da devolução à Companhia, com consequente reversão a modicidade tarifária, de valor recolhido ao Tesouro Nacional, no período de 2010 à 2012, referente ao adicional de 0,3% sobre a Receita Operacional Líquida (ROL) para fins de ressarcimento aos Estados e municípios que tiveram eventual perda de receita decorrente da arrecadação do ICMS (R\$ 24.304), e arrendamento e alugueres (R\$ 1.151), (ii) receita pela disponibilidade da rede elétrica – TUSD livre (R\$ 24.015) em função principalmente do reajuste tarifário positivo de abril de 2018, bem como pela migração de clientes para o ambiente de contratação livre (iii) atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 22.768), (iv) subvenções baixa renda e descontos tarifários com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”) (R\$ 14.504), compensados parcialmente pela redução: (v) registro de compensações pagas por descumprimento dos limites de continuidade (R\$ 7.624).

Comentário do Desempenho

- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** aumento na receita de 50,6% (R\$ 11.473), basicamente: (i) amortização dos ativos e passivos homologados e (ii) diferimento CVA de Itaipu, rede básica, compensado parcialmente pelo diferimento de sobrecontratação e outros componentes financeiros (risco hidrológico e devolução adicional da ROL).

Quantidade de energia vendida

No 2º trimestre de 2018, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras concessionárias e permissionárias, foi maior em 3,1% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior.

O consumo da classe residencial representa 40,4% do total do mercado total fornecido pela distribuidora. O consumo registrou crescimento de 8,1% no 2º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior. Salientamos que parte desse crescimento se deve as temperaturas mais elevadas no 2º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior.

A classe comercial, que representa 16,6% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou crescimento de 4,2% no 2º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete em parte a quantidade de dias de faturamento 4,1% maior no mês de maio de 2018 em relação ao mesmo mês do ano anterior e as temperaturas mais elevadas no 2º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior.

A classe industrial, que representa 13,6% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 10,4% no 2º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho reflete o efeito de movimentação de clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e concessionárias e permissionárias) participam com 29,3% do mercado total fornecido pelas distribuidoras. Estas classes apresentaram crescimento de 3,1% no 2º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve crescimento de 4,5% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe apresenta crescimento na classe residencial de 8,1%, comercial 8,9% e crescimento de 0,8% na classe industrial. As demais classes de consumo apresentaram um crescimento de 3,5%.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 2º trimestre de 2018 foram de R\$ 583.264 apresentando aumento de 17,6% (R\$ 87.430) em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente pelos aumentos em: (i) ICMS (R\$ 54.584); (ii) PIS e COFINS (R\$ 28.308), (iii) Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (R\$ 21.461), (iv) Programa de P&D e Eficiência Energética (R\$ 1.474), compensados parcialmente pela redução: (v) bandeiras tarifárias (R\$ 18.345).

Custo com energia elétrica

No 2º trimestre de 2018 o custo com energia elétrica foi de R\$ 591.765 apresentando um aumento de 17,7% (R\$ 89.043) em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação deve-se basicamente:

Energia comprada para revenda: aumento de 4,6% (R\$ 21.236) em função: (i) aumento de 17,2% no preço médio, justificado principalmente pela elevação do preço de liquidação de diferenças ("PLD"), bem como pela da variação positiva do dólar no trimestre de 2018, compensados parcialmente pela (ii) redução de 10,8% no volume de energia comprada.

Encargos do uso do sistema de distribuição: aumento de 165,3% (R\$ 67.807), impactado principalmente pelos aumentos em: (i) encargos de rede básica (R\$ 45.378), (ii) encargos de serviço do sistema (ESS) líquido do repasse da CONER e encargos de energia de reserva (EER) (R\$ 16.038), (iii) encargos de transporte de Itaipu (R\$ 8.502), (iv) encargos de conexão (R\$ 3.590), compensados parcialmente por (v) créditos de PIS e COFINS (R\$ 5.835).

Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 208.760 no 2º trimestre de 2018, apresentando uma redução de 17,6% (R\$ 44.698) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 141.549, apresentando redução de 5,3% (R\$ 7.890).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 91.552 neste trimestre, uma redução de 19,1% (R\$ 21.553) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Pessoal:** aumento de 5,9% (R\$ 2.326), principalmente em (i) PLR (R\$ 1.387), (ii) redução na capitalização (R\$ 7.328), compensados parcialmente por: (iii) benefícios (R\$ 3.216), (iv) desligamentos (R\$ 1.504) e (v) horas extras (R\$ 1.418).
- ii. **Material:** redução de 36,2% (R\$ 2.557), principalmente em: (i) manutenção de linhas de rede (R\$ 976), (ii) materiais diversos (R\$ 989) e (iii) uniformes e equipamentos (R\$ 556).
- iii. **Serviços de terceiros:** redução de 16,9% (R\$ 5.353), principalmente em: (i) manutenção em máquinas e equipamentos (R\$ 3.638), (ii) serviços jurídicos (R\$ 1.233), (iii) serviços com leitura de medidores (R\$ 1.190), (iv) call center (R\$ 217); compensado parcialmente pelo aumento em: (iv) despesas com transportes (R\$ 1.043).
- iv. **Outros:** redução de 49,7% (R\$ 16.150), principalmente em: (i) despesas legais, judiciais e indenizações (R\$ 13.453), (ii) outras despesas operacionais (R\$ 2.610), (iii) arrendamento e aluguéis (R\$ 746); compensados parcialmente pelo aumento: (iv) taxa de arrecadação (R\$ 208) e (v) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 170).

Amortização

Aumento de despesa de amortização de 46,7% (R\$ 13.663), basicamente em função do incremento de investimentos na base do ativo intangível basicamente em função do incremento de investimentos na base do ativo intangível e o reconhecimento do novo laudo da base de ativos aprovado na RTP/2018 que gerou um incremento de amortização neste trimestre de 2018.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou uma despesa de R\$ 33.897, um aumento de 18,5% (R\$ 5.286) em relação ao mesmo período do ano anterior.

- i. **Receitas financeiras:** redução de 41,3% (R\$ 10.210), principalmente em: (i) outras receitas financeiras (R\$ 4.309) decorrente da reversão da subvenção governamental realizada em junho de 2017, (ii) acréscimos e multas moratórias (R\$ 3.592), (iii) rendimento de aplicação financeiras (R\$ 1.675), (iv) atualizações monetárias e cambiais (R\$ 1.023); compensados pelo aumento (v) atualização de créditos fiscais (R\$ 682).
- ii. **Despesas financeiras:** redução de 9,2% (R\$ 4.925), principalmente pelas reduções em: (i) atualização dos passivos financeiros setoriais (R\$ 11.832), (ii) comissões, encargos e tarifas bancárias (R\$ 9.387); compensados pelos aumentos: (iii) atualizações monetárias e cambiais sobre empréstimos, debêntures e derivativos (R\$ 13.788), e (iv) outras despesas financeiras (R\$ 2.022).

Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo à contribuição social e imposto de renda apurado neste trimestre foi uma despesa de R\$ 15.558, apresentando um ganho de 226,6% (R\$ 27.851) quando comparado com o mesmo período do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

Comentário do Desempenho

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou neste trimestre um lucro líquido de R\$ 22.513, com aumento de R\$ 184,3% (R\$ 49.226), em relação ao lucro apurado no mesmo período do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) neste trimestre foi positivo em R\$ 121.966, apresentando um aumento de 370,2% (R\$ 96.025) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	30/06/2018	31/12/2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	171.081	179.243
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	581.409	504.173
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	23.723	9.351
Outros tributos a compensar	7	19.262	15.023
Derivativos	29	103	-
Ativo financeiro setorial	8	124.501	20.668
Estoques		11.334	11.627
Outros créditos	11	115.538	68.373
Total do circulante		1.046.951	808.458
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	120.012	113.340
Depósitos judiciais	19	68.228	65.465
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	2.565	3.237
Outros tributos a compensar	7	32.219	28.436
Ativo financeiro setorial	8	13.805	51.461
Derivativos	29	30.015	-
Créditos fiscais diferidos	9	332.656	367.361
Ativo financeiro da concessão	10	1.259.955	1.198.822
Outros créditos	11	297	22.114
Imobilizado		15.693	24.039
Intangível	12	1.542.559	1.470.104
Total do não circulante		3.418.004	3.344.379
Total do ativo		4.464.955	4.152.837

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/06/2018	31/12/2017
Circulante			
Fornecedores	13	433.477	405.418
Empréstimos e financiamentos	14	26.020	20.008
Debêntures	15	1.148	12.125
Entidade de previdência privada	16	172	34
Taxas regulamentares	17	38.962	77.428
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	76.613	76.443
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	-	87.565
Obrigações estimadas com pessoal		17.304	24.432
Derivativos	29	118	-
Outras contas a pagar	20	121.856	81.123
Total do circulante		715.670	784.576
Não circulante			
Fornecedores	13	135.370	128.438
Empréstimos e financiamentos	14	871.230	31.093
Debêntures	15	698.138	1.311.104
Entidade de previdência privada	16	79.241	77.589
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	14.011	18.839
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	163.047	82.813
Derivativos	29	1.443	-
Outras contas a pagar	20	104.920	112.903
Total do não circulante		2.067.401	1.762.779
Patrimônio líquido			
	21		
Capital social		1.495.084	1.495.084
Reserva de capital		103.545	103.545
Reserva legal		59.302	59.302
Ações em tesouraria		(8.056)	(8.056)
Obrigatória do dividendo não distribuído		11.479	11.479
Resultado abrangente acumulado		(48.395)	(55.872)
Lucros acumulados		68.925	-
Total do patrimônio líquido		1.681.885	1.605.482
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.464.955	4.152.837

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017
 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2º Trimestre 2018	1º Semestre 2018	2º Trimestre 2017	1º Semestre 2017
Receita operacional líquida	23	872.493	1.766.029	745.785	1.512.283
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica	24	(591.765)	(1.159.734)	(502.722)	(959.690)
Custo de operação	25	(77.383)	(148.028)	(84.139)	(174.076)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(67.211)	(156.843)	(104.018)	(188.682)
Lucro operacional bruto		136.134	301.424	54.906	189.835
Despesas operacionais	25				
Despesas com vendas		(24.568)	(36.015)	(19.351)	(38.231)
Despesas gerais e administrativas		(31.520)	(60.186)	(38.843)	(72.795)
Outras despesas operacionais		(8.078)	(24.069)	(7.107)	(14.215)
Resultado do serviço		71.967	181.155	(10.395)	64.594
Resultado financeiro	26				
Receitas financeiras		14.508	39.973	24.718	46.490
Despesas financeiras		(48.404)	(96.364)	(53.329)	(106.311)
		(33.897)	(56.391)	(28.611)	(59.821)
Lucro antes dos tributos		38.070	124.764	(39.006)	4.773
Contribuição social	9	(4.053)	(12.372)	3.310	(1.452)
Imposto de renda	9	(11.505)	(34.159)	8.983	(4.062)
		(15.557)	(46.531)	12.293	(5.514)
Lucro (Prejuízo) líquido do período		22.513	78.233	(26.713)	(741)
Lucro (Prejuízo) líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	22	42,76	148,60	(50,74)	(1,41)
Lucro (Prejuízo) líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	22	-	-	(50,74)	(1,41)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.****Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017**

(Em milhares de Reais)

	2018		2017	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Lucro (prejuízo) líquido do período	22.513	78.233	(26.713)	(741)
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	7.470	7.477	-	-
Resultado abrangente do período	29.983	85.710	(26.713)	(741)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital			Reservas de lucros			Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
		Ágio na emissão de ações	Remuneração de bens e direitos	Benefício fiscal ágio mais valia	Legal	Obrigatória do dividendo não distribuído	Ações em tesouraria			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.495.084	1.089	2.475	99.981	59.302	11.479	(8.056)	(55.872)	-	1.605.482
Resultado Abrangente Total										
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	78.233	78.233
Outros resultados abrangentes, risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	7.477	-	7.477
Efeito da aplicação inicial do CPC 48	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.308)	(9.308)
Saldo em 30 de junho de 2018	1.495.084	1.089	2.475	99.981	59.302	11.479	(8.056)	(48.395)	68.925	1.681.885

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de junho de 2017
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital			Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Total
		Ágio na emissão de ações	Remuneração de bens e direitos	Benefício fiscal ágio mais valia	Legal	Obrigatória do dividendo não distribuído	Ações em tesouraria		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.386.558	1.089	2.475	59.302	36.701	(8.056)	(56.439)	-	1.421.630
Resultado Abrangente Total									
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	(741)	(741)
Saldo em 30 de junho de 2017	1.386.558	1.089	2.475	59.302	36.701	(8.056)	(56.439)	(741)	1.420.889

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017
 (Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Lucro antes dos tributos	124.764	4.773
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	88.227	72.858
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	14.797	10.287
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.411	14.520
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	33.846	84.192
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	4.922	4.911
Perda (ganho) na baixa de não circulante	9.856	18.961
	<u>279.822</u>	<u>210.502</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(88.252)	133.799
Tributos a compensar	(21.722)	(6.711)
Depósitos judiciais	(1.920)	(5.484)
Ativo financeiro setorial	(68.698)	-
Contas a receber - CDE	8.466	(33.848)
Outros ativos operacionais	(88.260)	(4.949)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	34.991	(79.551)
Outros tributos e contribuições sociais	(4.655)	(18.885)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(3.131)	(3.004)
Taxas regulamentares	(38.467)	6.575
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(25.298)	(6.638)
Passivo financeiro setorial	-	94.532
Contas a pagar - CDE	9.816	-
Outros passivos operacionais	29.398	(6.977)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	<u>22.090</u>	<u>279.361</u>
Encargos de dívida e debêntures pagos	(63.900)	(80.230)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.883)	(17.048)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	<u>(52.693)</u>	<u>182.083</u>
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	(115)	-
Adições de intangível	(156.007)	(172.878)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	<u>(156.122)</u>	<u>(172.878)</u>
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	1.119.654	-
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(919.002)	(7.292)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	<u>200.653</u>	<u>(7.292)</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(8.162)</u>	<u>1.913</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	<u>179.243</u>	<u>145.925</u>
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>171.081</u>	<u>147.838</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

RGE Sul Distribuidora de Energia S/A
Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017
 (Em milhares de Reais)

	1º Semestre 2018	1º Semestre 2017
1 - Receita	2.918.667	2.578.813
1.1 Receita de venda de energia e serviços	2.765.235	2.404.651
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	156.843	188.682
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.411)	(14.520)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.522.358)	(1.331.789)
2.1 Custo com energia elétrica	(1.281.038)	(1.057.666)
2.2 Material	(78.780)	(101.412)
2.3 Serviços de terceiros	(114.380)	(120.891)
2.4 Outros	(48.160)	(51.820)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	1.396.310	1.247.024
4 - Retenções	(88.396)	(72.233)
4.1 Amortização	(74.181)	(72.233)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(14.215)	-
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	1.307.914	1.174.791
6 - Valor adicionado recebido em transferência	42.963	46.490
6.1 Receitas financeiras	42.963	46.490
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.350.877	1.221.281
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	84.884	111.993
8.1.1 Remuneração direta	50.867	82.098
8.1.2 Benefícios	29.711	22.923
8.1.3 F.G.T.S	4.306	6.972
8.2 Impostos, taxas e contribuições	1.082.537	989.724
8.2.1 Federais	495.082	435.909
8.2.2 Estaduais	587.170	553.523
8.2.3 Municipais	285	292
8.3 Remuneração de capital de terceiros	105.223	120.304
8.3.1 Juros	97.192	107.092
8.3.2 Aluguéis	8.031	13.212
8.4 Remuneração de capital próprio	78.233	(741)
8.4.1 Lucros (Prejuízo) retidos	78.233	(741)
	1.350.877	1.221.281

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (“RGE Sul” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede da Companhia está localizada na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 06 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 118 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Entre os principais estão Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo e Santa Maria, atendendo a aproximadamente 1,3 milhões de consumidores.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 exceto quanto ao descrito na nota 3 e, portanto, devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 6 de agosto de 2018.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros.

Notas Explicativas

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial (determinados componentes financeiros que podem surgir sem metodologia prévia);
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos);
- Nota 11 – Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 12 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos);
- Nota 23 – Receita operacional líquida (premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados); e
- Nota 29 – Instrumentos financeiros (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3)SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Com exceção ao descrito a seguir, as principais informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.15, divulgadas nas demonstrações financeiras

Notas Explicativas

relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O reflexo das mudanças nas políticas contábeis também são esperadas nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Natureza e efeito das mudanças decorrentes da aplicação das normas novas e revisadas

A Companhia adotou inicialmente o CPC 48 Instrumentos Financeiros e o CPC 47 Receitas de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018, conseqüentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30, 17, 38, 39, 40 e interpretações relacionadas. Uma série de outras novas normas são efetivas a partir de 1º de janeiro de 2018, contudo, sem efeito material nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

O efeito da aplicação inicial dessas normas são atribuídos principalmente:

- Às categorias de classificação para ativos e passivos financeiros, extinguindo as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda;
- Quando da marcação a mercado de passivos financeiros, ao reconhecimento do risco de crédito em outros resultados abrangentes, anteriormente registrados no resultado do período; e
- A um aumento nas perdas por *impairment* no saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecido em ativos financeiros.

CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*.

a) Classificação e mensuração de Ativos e Passivos Financeiros

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

Notas Explicativas

Conforme descrito na nota 3.15 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía ativos relevantes classificados como “disponíveis para venda”, de acordo com os requerimentos atuais do CPC 38. Estes ativos representam o direito à indenização ao final do prazo de concessão da Companhia. Estes ativos passaram a ser classificados como mensurados ao valor justo contra resultado de acordo com a nova norma e os efeitos da mensuração subsequente deste ativo são registrados no resultado do exercício, não havendo impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A classificação dos ativos e passivos financeiros está apresentada conforme nota 29 destas informações financeiras intermediárias.

A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos (para derivativos que são usados como instrumentos de *hedge*). Conforme nota 3.15 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, o CPC 48 determina que os passivos financeiros designados a valor justo contra o resultado que possuem o risco de crédito como componente de seu cálculo, tenham os efeitos das mudanças neste risco de crédito registrado em outros resultados abrangentes, em vez de diretamente no resultado do exercício.

b) *Impairment* de ativos financeiros

O CPC 48 requer o modelo de perda de crédito esperada, ao contrário do modelo de perda de crédito “incorrida” mencionada no CPC 38. O modelo de perda esperada requer que a empresa registre contabilmente as perdas de créditos esperadas e mudanças nessas expectativas a cada data de reporte para refleti-las desde o reconhecimento inicial. Ou seja, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38, em que não é mais necessário que o evento ocorra para que seja reconhecida a perda no crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecido em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do período. Como resultado retrospectivo da adoção deste pronunciamento a Companhia em 1º de janeiro de 2018 registrou o complemento de despesa de R\$ 14.102 registrados diretamente em Lucros Acumulados (R\$ 9.307 líquido dos efeitos tributários).

CPC 47 Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47 estabelece que a receita deve ser reconhecida de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, penalidades ou similares. A Companhia é avaliada pela qualidade do serviço que presta a seus consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Quando determinados índices não são alcançados, penalidades são aplicadas à Companhia, atualmente reconhecidas como despesa operacional. Com a adoção do CPC 47, passam a se tornar uma redutora de receita, representando mera reclassificação entre linhas do resultado, sem efeitos no lucro líquido da Companhia. A partir de 1º de janeiro de 2018, a compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos passou a ser registrada como receita operacional, na rubrica Outras Receitas, sendo que até 31 de dezembro era registrada em Outras Despesas Operacionais. O montante registrado no primeiro semestre de 2018 foi R\$ 10.575 (nota 23).

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração.

Notas Explicativas

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados a valor justo. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ("ANEEL"). Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor atualizado nas datas subsequentes, em consonância com o processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldos bancários	17.988	49.036
Aplicações financeiras	<u>153.092</u>	<u>130.207</u>
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	2.998	-
Certificado de depósito bancário (b)	147.672	130.147
Fundos de investimento (c)	2.423	61
Total	<u>171.081</u>	<u>179.243</u>

a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

b) Corresponde a operações de curto prazo em CDB's, e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100,5% do CDI.

c) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média, de 98,0 % do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

Notas Explicativas**(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS**

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	30/06/2018	31/12/2017
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	118.437	78.687	7.179	204.304	157.278
Industrial	22.468	11.239	5.960	39.667	22.885
Comercial	37.821	16.443	7.778	62.042	52.285
Rural	13.406	10.294	6.736	30.436	29.982
Poder público	12.245	4.045	799	17.089	12.824
Iluminação pública	356	1.008	6.362	7.726	5.884
Precatórios	-	-	-	-	1.871
Serviço público	11.880	66	-	11.946	9.539
Faturado	216.613	121.782	34.814	373.210	292.548
Não faturado	170.570	-	-	170.570	193.971
Parcelamento de débito de consumidores	22.897	4.051	5.121	32.068	42.312
Operações realizadas na CCEE	42.251	-	-	42.251	3.216
Concessionárias e permissionárias	3.916	-	-	3.916	4.527
Outros	482	-	-	482	11.085
	456.729	125.833	39.935	622.497	547.659
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(41.088)	(43.486)
Total				581.409	504.173
Não circulante					
Precatórios	67.209	-	-	67.209	62.534
Parcelamento de débito de consumidores	57.942	-	-	57.942	61.904
Outros	-	-	-	-	3.078
	125.151	-	-	125.151	127.516
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(5.139)	(14.176)
Total				120.012	113.340

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros créditos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2017	(57.662)	(15.495)	(73.157)
Provisão revertida (constituída) líquida	(2.749)	1.171	(1.578)
Recuperação de receita	(1.833)	-	(1.833)
Efeito da aplicação inicial do CPC 48	(14.102)	-	(14.102)
Baixa de contas a receber provisionadas	30.119	-	30.119
Saldo em 30/06/2018	(46.227)	(14.324)	(60.551)
Circulante	(41.088)	(14.324)	(55.412)
Não circulante	(5.139)	-	(5.139)

Notas Explicativas

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	30/06/2018	31/12/2017
Circulante		
Antecipações de contribuição social - CSLL	3.789	1.976
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	10.528	5.370
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9.406	2.005
Imposto de renda e contribuição social a compensar	23.723	9.351
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	2.187	1.239
ICMS a compensar	16.491	13.311
Programa de integração social - PIS	103	84
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	474	389
Instituto nacional de seguridade social - INSS	8	-
Outros tributos a compensar	19.262	15.023
Total circulante	42.985	24.374
Não circulante		
Contribuição social a compensar - CSLL	125	797
Imposto de renda a compensar - IRPJ	2.440	2.440
Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.565	3.237
ICMS a compensar	27.248	24.202
Programa de integração social - PIS	767	755
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.533	3.479
Outros	671	-
Outros tributos a compensar	32.219	28.436
Total não circulante	34.784	31.673

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2017			Receita operacional		Resultado financeiro	Recebimento	Saldo em 30/06/2018		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Via bandeira tarifária (nota 23.4)	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"										
CVA (*)										
CDE (**)	(44.418)	(21.100)	(65.518)	3.559	28.432	(995)	-	(5.908)	(28.613)	(34.521)
Custos energia elétrica	297.276	(47.977)	249.300	(32.427)	(1.753)	5.070	(25.077)	7.879	187.233	195.113
ESS e EER (***)	(139.558)	(36.750)	(176.308)	(35.537)	62.877	(5.545)	-	(16.831)	(137.681)	(154.512)
Proinfa	(7)	(1.069)	(1.076)	687	401	26	-	2	36	38
Rede básica	(5.086)	4.519	(566)	17.018	(3.302)	35	-	13.227	(43)	13.185
Repasse de Itaipu	164.089	(21.250)	142.838	80.345	(14.178)	6.127	-	77.425	137.708	215.133
Transporte de Itaipu	(510)	784	274	3.406	(762)	20	-	2.484	454	2.938
Neutralidade dos encargos setoriais	51.042	6.735	57.778	(35.492)	(11.879)	(642)	-	(9.136)	18.900	9.764
Sobrecontratação	(141.225)	16.362	(124.864)	64.435	(5.773)	(8.189)	-	(32.036)	(42.354)	(74.390)
Outros componentes financeiros	(2.771)	(6.958)	(9.729)	(37.814)	11.530	1.571	-	(16.151)	(18.290)	(34.441)
Total	178.832	(106.704)	72.129	28.181	65.594	(2.521)	(25.077)	20.955	117.350	138.306
Ativo circulante			20.668							124.501
Ativo não circulante			51.461							13.805

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1- Composição dos créditos fiscais:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Crédito de contribuição social</u>		
Bases negativas	48.708	49.966
Benefício fiscal do intangível incorporado	26.465	26.465
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>12.883</u>	<u>20.811</u>
Subtotal	88.056	97.242
<u>Crédito de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	135.299	138.795
Benefício fiscal do intangível incorporado	73.516	73.516
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>35.785</u>	<u>57.807</u>
Subtotal	244.600	270.118
Total	<u>332.656</u>	<u>367.361</u>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado e bases negativas e prejuízos fiscais, cuja composição está descrita nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da CPFL Energia. A fim de refletir adequadamente a alíquota efetiva dos tributos sobre o lucro, são registrados mensalmente créditos fiscais diferidos sobre eventuais prejuízos que possuem projeções positivas conforme referidos estudos.

9.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. No primeiro semestre de 2018 não houve realização deste benefício.

9.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	<u>30/06/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	15.527	43.131	15.334	42.595
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.982	16.616	6.583	18.287
Provisão energia livre	313	870	313	870
Programas de P&D e eficiência energética	720	2.000	-	-
Provisão relacionada a pessoal	449	1.246	884	2.456
Derivativos	(4.095)	(11.374)	-	-
Registro da concessão - ajuste do intangível (CPC)	526	1.462	555	1.541
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (CPC)	(12.718)	(35.328)	(9.216)	(25.599)
Perdas atuariais (CPC)	(487)	(1.353)	(636)	(1.766)
Instrumentos financeiros (CPC)	(77)	(213)	-	-
Outros	(876)	(2.435)	(626)	(1.740)
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais (CPC)	7.619	21.163	7.619	21.163
Total	<u>12.883</u>	<u>35.785</u>	<u>20.811</u>	<u>57.807</u>

Notas Explicativas

9.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017:

	CSLL			
	2018		2017	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Lucro (Prejuízo) antes dos tributos	38.070	124.764	(39.006)	4.773
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	6.833	12.279	6.542	15.301
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	129	425	458	822
Base de cálculo	45.032	137.468	(32.006)	20.896
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(4.053)	(12.372)	2.881	(1.881)
Ajustes de base anteriores - outros	-	-	429	429
Total	(4.053)	(12.372)	3.310	(1.452)
Corrente	3.789	(2.936)	2.820	194
Diferido	(7.842)	(9.436)	490	(1.646)

	IRPJ			
	2018		2017	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	38.070	124.764	(39.006)	4.773
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	6.833	12.279	6.542	15.301
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	1.115	(406)	1.094	758
Base de Cálculo	46.018	136.637	(31.370)	20.832
Alíquota Aplicável	25%	25%	25%	25%
Crédito/(Débito) fiscal apurado	(11.505)	(34.159)	7.843	(5.208)
Ajustes de base anteriores - outros	-	-	1.140	1.146
Total	(11.505)	(34.159)	8.983	(4.062)
Corrente	10.278	(7.947)	7.623	509
Diferido	(21.783)	(26.212)	1.360	(4.571)

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2017	1.198.822
Adições	25.375
Ajuste ao valor justo	38.250
Baixas	(2.493)
Saldo em 30/06/2018	1.259.955

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar ao valor justo (valor novo de reposição "VNR" – nota 4), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 23) no resultado do período.

Notas Explicativas**(11) OUTROS CRÉDITOS**

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Adiantamentos - fornecedores	-	30	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	1.053	1.024	-	-
Ordens em curso	36.819	-	-	-
Convênios de arrecadação	-	459	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	-	22.114
Despesas antecipadas	6.823	9.257	-	-
Contas a receber - CDE	39.585	48.051	-	-
Adiantamentos a funcionários	5.404	4.084	-	-
Arrendamento, aluguéis de postes e outras receitas	22.434	18.905	-	-
Outros	17.746	2.058	297	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(14.324)	(15.495)	-	-
Total	115.538	68.373	297	22.114

Contas a receber – CDE – Referem-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 2.659 (R\$ 3.091 em 31 de dezembro de 2017); (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 36.926 (R\$ 44.960 em 31 de dezembro de 2017) (nota 23.3).

No primeiro semestre de 2018, a Companhia efetuou o encontro de contas do montante a pagar de CDE (nota 17) e o contas a receber – CDE no valor de R\$ 199 (nota 23.3).

(12) INTANGÍVEL

	Direito de concessão			Outros ativos intangíveis	Total
	Adquirido em combinações de negócio	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso		
Saldo em 31/12/2017	279.552	1.003.392	164.500	22.660	1.470.104
Custo histórico	802.164	1.427.141	164.500	28.315	2.422.120
Amortização acumulada	(522.612)	(423.749)	-	(5.655)	(952.016)
Adições	-	-	157.158	-	157.158
Amortização	(14.215)	(70.434)	-	(244)	(84.893)
Transferência - intangíveis	-	35.127	(35.127)	-	-
Transferência - ativo financeiro	-	30.183	(55.558)	-	(25.375)
Baixa e transferência - outros ativos	-	49.984	(6.302)	(18.120)	25.562
Saldo em 30/06/2018	265.339	1.048.254	224.670	4.296	1.542.559
Custo histórico	802.164	2.291.011	224.670	4.540	3.322.385
Amortização acumulada	(536.825)	(1.242.757)	-	(244)	(1.779.826)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização” (nota 25).

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. No primeiro semestre de 2018 foram capitalizados R\$ 956 a uma taxa média de 8,48% a.a até março de 2018 e 8,09% a partir de abril de 2018 (R\$ 1.685 no primeiro semestre de 2017 a uma taxa média de 11,97% a.a.) (nota 26).

Notas Explicativas**(13) FORNECEDORES**

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Circulante</u>		
Encargos de serviço do sistema	567	-
Suprimento de energia elétrica	331.594	288.375
Encargos de uso da rede elétrica	41.683	41.161
Materiais e serviços	59.632	75.882
Total	<u>433.477</u>	<u>405.418</u>
<u>Não circulante</u>		
Encargos de serviço do sistema	-	35.545
Suprimento de energia elétrica	97.907	92.893
Encargos de uso da rede elétrica	37.463	-
Total	<u>135.370</u>	<u>128.438</u>

(14) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 30/06/2018
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	5.487	-	(1.133)	120	-	(124)	4.350
TJLP	4.482	-	(507)	138	-	(126)	3.987
CDI	-	7.360	-	102	-	-	7.462
Outros	41.132	-	(7.093)	1.047	-	(408)	34.678
Total ao custo	51.100	7.360	(8.732)	1.406	-	(658)	50.477
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	-	501.617	-	2.783	42.685	-	547.085
Euro	-	311.000	-	169	6.309	-	317.478
Marcação a mercado	-	-	-	(17.791)	-	-	(17.791)
Total ao valor justo	-	812.617	-	(14.839)	48.994	-	846.773
Total	51.100	819.977	(8.732)	(13.433)	48.994	(658)	897.250
Circulante	20.008						26.020
Não circulante	31.093						871.230

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Modalidade	Encargos financeiros Anuais	Saldo em 30/06/2018	Saldo em 31/12/2017	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo					
Moeda Nacional					
Pré fixado					
FINEP	Pré fixado de 5%	4.350	5.487	2013 a 2020	(i) Fiança Bancária
		<u>4.350</u>	<u>5.487</u>		
Pós fixado					
TJLP					
FINEP	TJLP	3.987	4.482	2016 a 2022	(i) Fiança Bancária
		<u>3.987</u>	<u>4.482</u>		
CDI					
Empréstimos bancários	CDI - 1,25%	7.462	-	2020	(i) Aval da CPFL Energia
		<u>7.462</u>	<u>-</u>		
Outros					
Outros		34.679	41.132		
		<u>34.679</u>	<u>41.132</u>		
Total moeda nacional		<u>50.479</u>	<u>51.100</u>		
Mensuradas ao valor justo					
Moeda Estrangeira					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	USD + 3,2916% a 3,5909% (1)	547.085	-	2021	(i) Aval da CPFL Energia e nota promissória
		<u>547.085</u>	<u>-</u>		
Euro					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + 1,6350% (1)	317.477	-	2021	(i) Aval da CPFL Energia e nota promissória
		<u>317.477</u>	<u>-</u>		
Total moeda estrangeira		<u>864.562</u>	<u>-</u>		
Marcação a mercado		<u>(17.791)</u>	<u>-</u>		
Total		<u>897.250</u>	<u>51.100</u>		

(1) Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 29.

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia em consonância com os CPC 48 classificou suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado), e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 30 de junho de 2018, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 846.771.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 30 de junho de 2018 os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas de R\$ 17.791, compensados pelas perdas obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 17.835, contratados para proteção da variação cambial (nota 29), geraram uma perda total líquida no total de R\$ 44.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
A partir de 01/07/2019	13.477
2020	9.637
2021	864.401
2022	1.389
2023	117
Subtotal	<u>889.021</u>
Marcação a mercado	<u>(17.791)</u>
Total	<u><u>871.230</u></u>

Adições no período:

Moeda nacional

CDI - No primeiro semestre de 2018, a Companhia através de uma Cédula de Crédito Bancário (CCB) efetuou a captação no montante de R\$ 7.359 com parcelas de juros e amortização de principal pagos semestralmente. Os recursos captados

Notas Explicativas

foram destinados para reforço de capital de giro.

Moeda estrangeira

Dólar – No primeiro semestre de 2018, a Companhia através de Lei nº 4131/1962, efetuou a captação no montante de R\$ 501.617 com juros que serão pagos trimestralmente. Os recursos captados foram destinados para reforço de capital de giro e refinanciamento de dívidas.

Euro – No primeiro semestre de 2018, a Companhia através de Lei nº 4131/1962, efetuou a captação no montante de R\$ 311.000 com juros que serão pagos trimestralmente. Os recursos captados foram destinados para reforço de capital de giro e refinanciamento de dívidas.

Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. Adicionalmente, os empréstimos e financiamentos contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

Para os empréstimos e financiamentos contratados ou com liberações de recursos ocorridas em 2018, alguns têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

:

Índices exigidos nas informações contábeis intermediárias da Companhia, detentora dos contratos

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a um índice de 3,5.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,9.

Índices exigidos nas informações contábeis intermediárias da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

Para os demais empréstimos e financiamentos, os detalhes das condições restritivas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração, ou seja, 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respectivamente.

(15) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Encargos pagos	Saldo em 30/06/2018
Debentures	1.336.974	300.000	(910.270)	47.416	(63.242)	710.878
Gastos com emissão (*)	(13.746)	(323)	-	2.476	-	(11.593)
Total	1.323.229	299.677	(910.270)	49.892	(63.242)	699.286

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

	Quantidade em circulação	Remuneração a.a.	Taxa efetiva a.a.	Condições de amortização	Garantias	Não circulante		Total	Não circulante		Total
						Circulante	Encargos		Principal	Encargos	
4ª Emissão											
4ª Emissão - Série Única - AESL14	110.000	114,50% do CDI	120,65% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de outubro de 2019	Fiança da CPFL Energia	321	189.730	190.051	16.662	1.100.000	1.116.662
6ª Emissão											
6ª Emissão - Série Única - AESL16	520.000	CDI + 0,48%	106,0% do CDI	Parcela única em dezembro de 2020	Fiança da CPFL Energia	827	520.000	520.827	312	220.000	220.312
Gastos com emissão (*)						-	(11.593)	(11.593)	(4.849)	(8.896)	(13.746)
Total						1.148	698.138	699.286	12.125	1.311.104	1.323.229

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Adições no período:

6ª emissão

Em 12 de dezembro de 2017, foi autorizado pelo Conselho de Administração da Companhia a sexta emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, em série única, no montante total de R\$ 520.000. Em 2017, foram subscritas e integralizadas 220.000 e no primeiro trimestre de 2018, foram subscritas e integralizadas 300.000 com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) o que gerou uma captação de R\$ 300.000. Os recursos líquidos obtidos serão destinados para reforço do capital de giro.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
A partir de 01/07/2019	83.273
2020	614.865
Total	698.138

Pré-pagamento no período

No primeiro semestre de 2018, foram liquidados antecipadamente R\$ 910.270 das debêntures, cujos vencimentos originais eram a partir de 2019.

Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam cláusulas que requerem da garantidora (controladora CPFL Energia) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos de debêntures contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

As debêntures emitidas em 2018 estão sujeitas há condições restritivas como seguem:

Índices exigidos nas informações contábeis intermediárias da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

Para as demais debêntures, os detalhes das condições restritivas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração, ou seja, 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respectivamente.

Notas Explicativas**(16) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

16.1- Movimentações do plano de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2017	77.589
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	4.922
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	<u>(3.098)</u>
Passivo atuarial líquido em 30/06/2018	<u>79.413</u>
Circulante	172
Não circulante	79.241

As despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	1º Semestre 2018	1º Semestre 2017
Custo do serviço	1.396	1.077
Juros sobre obrigações atuariais	24.110	25.464
Rendimento esperado dos ativos do plano	<u>(20.584)</u>	<u>(21.630)</u>
Total da despesa (receita)	<u>4.922</u>	<u>4.911</u>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial em 31 de dezembro de 2017, foram:

	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	9,51% a.a.	10,99% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	9,51% a.a.	10,99% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,10% a.a.	7,29% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	5,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	4,00% a.a.	5,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	BREMS sb v. 2015	AT-2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light média	Light média
Taxa de rotatividade esperada:	Nula	Nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano	100% um ano após a primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano

(17) TAXAS REGULAMENTARES

	30/06/2018	31/12/2017
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	342	262
Conta de desenvolvimento energético - CDE (nota 23.5)	23.086	36.863
Bandeiras tarifárias e outros	<u>15.533</u>	<u>40.303</u>
Total	<u>38.962</u>	<u>77.428</u>

Notas Explicativas

Conta de desenvolvimento energético – CDE: Refere-se: (i) a quota anual de CDE para o exercício de 2017 no montante de R\$ 17.582, (ii) quota destinada à devolução do aporte CDE do período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014 no montante de R\$ 7.601 (R\$ 7.389 em 31 de dezembro de 2017) e (iii) quota destinada à devolução do aporte da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (“conta ACR”) do período de fevereiro a dezembro de 2014, no montante de R\$ 15.485 (R\$ 11.892 em 31 de dezembro de 2017).

No primeiro semestre de 2018 a Companhia efetuou o encontro de contas do montante a pagar de CDE e o contas a receber – CDE (nota 11) no montante de R\$ 199.

Bandeiras tarifárias e outros – Refere-se basicamente ao montante a ser repassado para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”), cujo valor a receber foi registrado através da emissão das faturas de energia (nota 23.4).

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	36.762	37.572
Programa de integração social - PIS	4.207	3.560
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	19.469	16.479
PIS/COFINS parcelamento	10.612	10.349
Outros	5.563	8.483
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	<u>76.613</u>	<u>76.443</u>
Total circulante	<u>76.613</u>	<u>76.443</u>
<u>Não circulante</u>		
PIS/COFINS parcelamento	14.011	18.839
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	<u>14.011</u>	<u>18.839</u>
Total não circulante	<u>14.011</u>	<u>18.839</u>

(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>30/06/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	56.500	47.389	64.185	45.499
Cíveis	41.298	7.661	52.200	7.716
Fiscais	21.910	13.178	21.847	12.039
Regulatórios	42.970	-	31.778	-
Outros	368	-	368	212
Total	<u>163.047</u>	<u>68.228</u>	<u>170.378</u>	<u>65.465</u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2018
Trabalhistas	64.185	5.707	(3.077)	(11.008)	692	56.500
Cíveis	52.200	3.907	(3.828)	(10.977)	-	41.298
Fiscais	21.847	-	(49)	(218)	330	21.910
Regulatórios	31.778	12.934	(1.039)	(3.094)	2.391	42.970
Outros	368	-	-	-	-	368
Total	170.378	22.548	(7.993)	(25.298)	3.413	163.047

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Perdas possíveis: A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, ou seja, é mais provável do que não (*"more likely than not"*) de que não haja desembolso para estes casos devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, estavam assim representadas:

	30/06/2018	31/12/2017	Principais causas
Trabalhistas	111.762	82.024	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	319.809	273.113	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	118.065	111.209	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social
Regulatório	101.886	21.239	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	651.522	487.585	

As principais causas com perdas possíveis estão apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que, conforme descrito na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho, sendo que o status da discussão não foi alterado desde então, permanecendo válido o índice utilizado atualmente.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

Notas Explicativas**(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Consumidores e concessionárias	15.372	10.068	46.873	44.473
Programa de eficiência energética - PEE	50.783	13.177	14.969	27.770
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	15.229	5.839	11.802	11.169
EPE / FNDCT / PROCEL	4.502	3.531	-	-
Descontos tarifários - CDE	9.816	25.208	-	-
Folha de pagamento	1.734	5.378	-	-
Participação nos lucros	5.000	-	-	-
Convênios de arrecadação	11.855	10.682	-	-
Outros	7.566	7.240	31.276	29.491
Total	121.856	81.123	104.920	112.903

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	402.775	402.775	76,39
CPFL Comercialização Brasil S/A	123.676	123.676	23,46
Ações em tesouraria	815	815	0,15
Total	527.266	527.266	100,00

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

(22) LUCRO POR AÇÃO**22.1 Lucro por ação – básico e diluído**

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 foi baseado no lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados:

	2018		2017	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Numerador				
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	22.513	78.233	(26.713)	(741)
Denominador				
Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	526.451	526.451	403.644	403.644
Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações preferenciais	-	-	122.807	122.807
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	42,76	148,60	(50,74)	(1,41)
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	-	-	(50,74)	(1,41)

Para os períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Notas Explicativas

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2018		2017	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Receita de operações com energia elétrica				
Classe de consumidores				
Residencial	531.551	1.087.107	418.563	1.013.015
Industrial	146.050	262.327	140.392	271.672
Comercial	216.385	447.188	179.073	427.542
Rural	79.768	246.947	74.318	224.660
Poderes públicos	41.202	79.200	33.163	72.946
Iluminação pública	23.858	43.714	19.390	39.490
Serviço público	34.665	65.840	29.227	61.096
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos	-	-	(8.796)	(17.555)
Fornecimento faturado	1.073.480	2.232.322	885.330	2.092.866
Fornecimento não faturado (líquido)	(3.728)	(32.272)	(25.720)	(70.148)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(464.228)	(1.478.791)	(390.923)	(920.462)
Fornecimento de energia elétrica	605.524	721.259	468.688	1.102.256
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	23.008	23.008	4.905	10.540
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(6.033)	(6.033)	-	-
Energia elétrica de curto prazo	39.080	39.235	110.651	122.657
Suprimento de energia elétrica	56.055	56.210	115.556	133.197
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	470.261	1.484.824	390.923	920.462
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	84.233	145.778	60.218	126.161
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos	(7.624)	(10.575)	-	-
Receita de construção da infraestrutura de concessão	67.211	156.843	104.019	188.682
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)	34.169	93.775	22.696	(94.077)
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 10)	25.561	38.917	2.793	10.932
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares	85.058	187.648	70.554	173.831
Outras receitas e rendas	35.309	47.399	6.172	23.918
Outras receitas operacionais	794.178	2.144.609	657.375	1.349.909
Total da receita operacional bruta	1.455.757	2.922.078	1.241.619	2.585.362
Deduções da receita operacional				
ICMS	(293.669)	(586.918)	(239.085)	(553.523)
PIS	(22.932)	(46.920)	(17.883)	(40.646)
COFINS	(105.628)	(216.116)	(82.369)	(187.218)
ISS	(34)	(34)	-	-
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(132.072)	(258.944)	(110.611)	(228.440)
Programa de P & D e eficiência energética	(7.797)	(15.675)	(6.323)	(12.992)
PROINFA	(4.579)	(8.380)	(4.904)	(9.640)
Bandeiras tarifárias	(15.527)	(21.251)	(33.872)	(39.097)
Outros	(1.026)	(1.812)	(787)	(1.522)
	(583.264)	(1.156.049)	(495.834)	(1.073.079)
Receita operacional líquida	872.493	1.766.029	745.785	1.512.283

	2018		2017	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Receita de operações com energia elétrica - em GWh				
Classe de consumidores				
Residencial	661	1.433	611	1.411
Industrial	223	414	249	463
Comercial	271	595	260	600
Rural	182	810	286	841
Poderes públicos	53	108	49	105
Iluminação pública	59	116	56	111
Serviço público	54	110	53	107
Fornecimento faturado	1.504	3.587	1.564	3.638
Consumo próprio	1	1	-	1
Fornecimento de energia elétrica	1.505	3.589	1.564	3.639
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	129	129	20	40
Energia elétrica de curto prazo	102	102	421	474
Suprimento de energia elétrica	231	232	441	515

Notas Explicativas

Nº de consumidores	30/06/2018	30/06/2017
Classe de consumidores		
Residencial	1.137.820	1.119.141
Industrial	7.100	7.223
Comercial	86.198	83.416
Rural	109.327	107.582
Poderes públicos	9.046	8.984
Iluminação pública	113	111
Serviço público	1.173	996
Consumo Próprio	92	98
Total	1.350.869	1.327.551

23.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 23.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

23.2 - Reajuste Tarifária Periódica ("RTP"), Reajuste Tarifário Anual ("RTA") e Ajuste para reversão do Encargo de Energia de Reserva ("EER") de Angra III

Em 17 de abril de 2018, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.385, relativo a quarta revisão tarifária periódica - RTP, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 08 de abril de 2018, em 18,45%, sendo 11,57% referentes ao reajuste tarifário econômico e 6,88% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 22,47%.

Em 13 de abril de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.218, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 18 de abril de 2017, em -0,20%, sendo 2,95% referentes ao reajuste tarifário econômico e -3,15% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de -6,43%.

A ANEEL aprovou por meio da Resolução Homologatória nº 2.214, de 28 de março de 2017 a republicação das Tarifas de Energia – TE e Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD, com o objetivo de devolução da previsão do EER da central geradora UTN Almirante Álvaro Alberto – Unidade III (Angra III). O efeito médio percebido pelos consumidores foi negativo de -13,76% (conforme divulgado pela própria ANEEL). As tarifas resultantes desta reversão ficaram vigentes somente no mês de abril de 2017, no entanto, como o período de leitura do faturamento de cada unidade consumidora não coincide com o mês civil, essa redução se deu na receita faturada de abril e maio de 2017, tendo seu impacto diluído entre os dois períodos.

23.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

Todos os detalhes referente ao aporte de CDE estão divulgados na nota 23.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

No primeiro semestre de 2018, foi registrada receita de R\$ 187.648 (R\$ 173.831 no primeiro semestre de 2017), sendo (i) R\$ 8.694 (R\$ 10.324 no primeiro semestre de 2017) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 176.461 (R\$ 158.557 no primeiro semestre de 2017) referentes a outros descontos tarifários e (iii) R\$ 147 (R\$ 4.950 no primeiro semestre de 2017) de desconto tarifário – liminares e (iv) R\$ 2.346 de subvenção CCRBT em contrapartida na rubrica contas a receber – CDE (nota 11).

23.4 - Bandeiras tarifárias

O sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias está descrito na nota 23.4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

No primeiro semestre de 2018, a ANEEL homologou as Bandeiras Tarifárias faturadas de novembro de 2017 a abril de 2018. O montante homologado nesse período foi de R\$ 32.022. Deste montante R\$ 25.077, referente a novembro e

Notas Explicativas

dezembro de 2017, foram utilizados para compensar parte do ativo e passivo financeiro setorial (nota 8) e R\$ 6.945 referente a homologação de janeiro a abril de 2018, em função do Despacho de Encerramento nº 4.356 de 22 de dezembro de 2017, foram classificados como constituição de ativo e passivo financeiro setorial. O montante de R\$ 15.533 referente a Bandeira Tarifária faturada de maio e junho de 2018 não foi homologado e está registrado em taxas regulamentares (nota 17).

23.5 – Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio da REH nº 2.358, de 19 de dezembro de 2017, alterada pela REH nº 2.368 de 09 de fevereiro de 2018, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE vigentes do ano de 2018. Essas quotas contemplam: (i) quota anual da conta CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia, referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, que deverá ser recolhida dos consumidores e repassada à Conta CDE em até cinco anos a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da REH nº 2.004, de 15 de dezembro de 2015, a ANEEL estabeleceu mais uma quota destinada à amortização da Conta ACR, cujos valores foram atualizados pela REH nº 2.231 de 25 de abril de 2017, com recolhimento e repasse à Conta CDE para o período de abril de 2017 a março de 2018, a mesma resolução definiu também os valores para o período de abril de 2018 a março de 2020.

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	2018		2017	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	122.102	216.524	100.842	195.423
PROINFRA	10.994	23.234	10.564	21.296
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	398.392	787.799	396.642	751.917
Crédito de PIS e COFINS	(48.554)	(88.697)	(46.350)	(87.770)
Subtotal	482.934	938.859	461.698	880.865
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica	87.307	173.224	41.929	84.035
Encargos de transporte de Itaipu	11.118	21.680	2.616	5.107
Encargos de conexão	11.566	19.783	7.976	16.229
Encargos de uso do sistema de distribuição	1.338	2.620	1.204	2.640
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER	(1.792)	7.040	(7.443)	(18.981)
Encargos de energia de reserva - EER	10.387	20.289	-	-
Crédito de PIS e COFINS	(11.093)	(23.761)	(5.258)	(10.205)
Subtotal	108.831	220.875	41.024	78.825
Total	591.765	1.159.734	502.722	959.690

	2018		2017	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Energia comprada para revenda - GWh				
Energia de Itaipu Binacional	470	934	490	976
PROINFRA	40	78	41	83
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	1.455	3.378	1.670	3.647
Total	1.965	4.390	2.201	4.706

(25) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Trimestre													
	Custo do serviço prestado a terceiros				Despesas Operacionais								Total	
	Custo de operação		Vendas		Gerais e administrativas				Outros					
2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017			
Pessoal	26.070	24.434	-	-	8.691	8.093	7.155	7.063	-	-	41.916	39.590		
Entidade de previdência privada	2.461	2.280	-	-	-	-	-	-	-	-	2.461	2.280		
Material	2.439	5.334	-	-	632	874	1.439	859	-	-	4.510	7.067		
Serviços de terceiros	5.058	12.004	-	-	5.195	5.038	16.067	14.631	-	-	26.320	31.673		
Amortização	41.094	27.292	-	-	177	662	1.621	1.275	-	-	42.892	29.229		
Custos com construção da infraestrutura	-	-	67.211	104.018	-	-	-	-	-	-	67.211	104.018		
Outros	262	12.795	-	-	9.873	4.684	5.238	15.015	8.078	7.107	23.451	39.601		
Taxa de arrecadação	-	2.949	-	-	3.157	-	-	-	-	-	3.157	2.949		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	6.663	6.493	-	-	-	-	6.663	6.493		
Arrendamentos e alugueis	532	4.637	-	-	-	(189)	3.162	(8)	-	-	3.694	4.440		
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	215	50	-	-	215	50		
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	765	14.218	-	-	765	14.218		
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	113	-	-	-	113	-		
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	973	-	973	-		
Amortização de intangível de concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	7.107	7.107	7.107	7.107		
Outros	(270)	5.209	-	-	53	(1.620)	982	755	(2)	-	763	4.344		
Total	77.383	84.139	67.211	104.018	24.568	19.351	31.520	38.843	8.078	7.107	208.760	253.458		

Notas Explicativas

	1º Semestre											
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Despesas Operacionais			Total		
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017		
Pessoal	47.246	50.433	-	-	17.412	16.547	14.443	14.302	-	-	79.101	81.282
Entidade de previdência privada	4.922	4.911	-	-	-	-	-	-	-	-	4.922	4.911
Material	6.975	11.962	-	-	1.342	1.945	1.614	1.883	-	-	9.931	15.790
Serviços de terceiros	13.448	22.996	-	-	7.328	10.972	31.904	28.266	-	-	52.680	62.234
Amortização	70.539	54.071	-	-	386	1.083	3.087	2.864	-	-	74.012	58.018
Custos com construção da infraestrutura	-	-	156.843	188.682	-	-	-	-	-	-	156.843	188.682
Outros	4.899	29.703	-	-	9.546	7.684	9.138	25.480	24.069	14.215	47.652	77.082
Taxa de arrecadação	-	5.826	-	-	5.982	-	-	-	-	-	5.982	5.826
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	3.411	14.520	-	-	-	-	3.411	14.520
Arendamentos e alugueis	5.827	8.734	-	-	-	(161)	1.579	(290)	-	-	7.406	8.283
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	596	678	-	-	596	678
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	5.177	23.429	-	-	5.177	23.429
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	318	36	-	-	318	36
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	9.856	-	9.856	-
Amortização de intangível de concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	14.215	14.215	14.215	14.215
Outros	(929)	15.143	-	-	154	(6.575)	1.477	1.636	(2)	-	701	10.104
Total	148.028	174.076	156.843	188.682	36.015	38.231	60.186	72.795	24.069	14.215	425.141	487.999

(26) RESULTADO FINANCEIRO

	2018		2017	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	2.933	6.336	4.608	9.775
Acréscimos e multas moratórias	10.410	25.680	14.002	31.059
Atualização de créditos fiscais	682	1.449	-	-
Atualização de depósitos judiciais	348	843	745	1.563
Atualizações monetárias e cambiais	361	4.609	1.384	800
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	20	27	-	-
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(1.373)	(3.017)	(1.456)	(3.017)
Outros	1.126	4.046	5.435	6.310
Total	14.508	39.973	24.718	46.490
Despesas				
Encargos de dívidas	(25.624)	(57.357)	(35.011)	(77.063)
Atualizações monetárias e cambiais	(14.861)	(23.897)	(1.073)	(8.000)
(-) Juros capitalizados	392	956	875	1.685
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 8)	93	(2.521)	(11.739)	(12.852)
Outros	(8.403)	(13.544)	(6.381)	(10.081)
Total	(48.404)	(96.364)	(53.329)	(106.311)
Resultado financeiro	(33.897)	(56.391)	(28.611)	(59.821)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 8,48% a.a. até março de 2018, a partir de abril de 2018 a taxa média é de 8,09% a.a. sobre os ativos intangíveis qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

A rubrica de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 28.541 no primeiro semestre de 2018 (nota 29).

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 30 de junho de 2018, as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S/A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S/A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

Notas Explicativas

As principais naturezas e transações estão descritas na nota 27 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, da controladora e por um membro independente, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no primeiro semestre de 2018, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 228 (R\$ 101 no primeiro semestre de 2017). Este valor é composto por R\$ 228 (R\$ 101 no primeiro semestre de 2017) referente a benefícios de curto prazo.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia são como seguem:

Empresas	Passivo	Despesa/custo	Despesa/custo
	31/12/2017	1º Semestre 2018	1º Semestre 2017
Encargos - Rede básica			
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	13.131	6.273	6.914

Notas Explicativas

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A, são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Despesa/custo	
	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	1º Semestre 2018	1º Semestre 2017	
Alocação de despesas entre empresas						
Companhia Paulista de Força e Luz	-	1.070	-	4.322	-	
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	864	-	4.237	-	
Companhia Jaguari de Energia	-	91	-	101	-	
Rio Grande Energia S.A.	-	354	-	(447)	-	
CPFL Energia S.A.	-	-	-	(70)	-	
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	7	-	-	-	
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	123	-	-	-	
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	12	-	-	-	
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	27	-	-	-	
Arrendamento e aluguel						
Companhia Paulista de Força e Luz	-	10	3	7	-	
Intangível, materiais e prestação de serviço						
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	953	-	2.649	-	
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	3.770	3.688	4.601	-	
CPFL Telecom S.A.	-	-	-	-	-	
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	5.144	8.811	5.156	3.790	-	
Compra e venda de energia e encargos						
Rio Grande Energia S.A.	-	549	605	2.620	2.041	
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	8	-	62	
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	(1)	8	44	48	
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	232	387	643	2.001	
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	91	82	219	509	
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	244	283	582	1.394	
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	1.642	1.910	3.917	9.252	
CPFL Renováveis - Consolidado	-	(2)	-	62	490	
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	18	-	
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	16	-	
Outros						
Instituto CPFL	-	-	-	100	-	

(28) GESTÃO DE RISCOS

A estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

(29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

Notas Explicativas

	Nota Explicativa	Categoria	Mensuração	Nível(*)	30/06/2018	
					Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 1	171.081	171.081
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	30.118	30.118
Ativo financeiro da concessão	10	(a)	(2)	Nível 3	1.259.955	1.259.955
					1.461.154	1.461.154
Passivo						
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(b)	(1)	Nível 2 (***)	50.478	49.169
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14 (**)	(a)	(2)	Nível 2	846.772	846.772
Debêntures - principal e encargos	15	(b)	(1)	Nível 2 (***)	699.286	707.915
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	1.561	1.561
					1.598.097	1.605.417

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 17.791 no 1º Semestre 2018.

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria:

- (a) - Valor justo contra o resultado
- (b) - Outros passivos financeiros

Mensuração:

- (1) - Mensurado ao custo amortizado
- (2) - Mensurado ao valor justo

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, (vii) convênios de arrecadação, (viii) descontos tarifários – CDE, e (ix) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve no primeiro semestre de 2018 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado no primeiro semestre de 2018 são de R\$ 38.250 (ganho de R\$ 10.932 no primeiro semestre de 2017), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

Notas Explicativas

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 30 de junho de 2018 a Companhia detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos ⁽²⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	29.504	-	29.504	41.272	(11.769)	USD + 3,87% a 4,19%	de 105% a 106% do CDI	abril/18 a fev/21	501.617
Empréstimos bancários - Lei 4.131	511	(1.443)	(932)	5.134	(6.066)	EUR + 0,94%	de 105% a 106% do CDI	mai/21	311.000
	<u>30.015</u>	<u>(1.443)</u>	<u>28.571</u>	<u>46.406</u>	<u>(17.835)</u>				
Hedge variação de taxa de juros⁽¹⁾									
Debêntures	103	(118)	(14)	(911)	897	CDI	juros de 6,70% a 7,65%	jun/21	1.100.000
	<u>103</u>	<u>(118)</u>	<u>(14)</u>	<u>(911)</u>	<u>897</u>				
Total	<u>30.118</u>	<u>(1.561)</u>	<u>28.557</u>	<u>45.495</u>	<u>(16.938)</u>				
Circulante	103	(118)							
Não circulante	30.015	(1.443)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 14 e 15.

⁽¹⁾ Os *swaps* para *hedge* de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre amortização da dívida.

⁽²⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

	Saldo em 31/12/2017	Atualização monetária e cambial e MTM	Saldo em 31/06/2018
Derivativos			
Para dívidas designadas a valor justo	-	46.406	46.406
Para dívidas não designadas a valor justo	-	(911)	(911)
Marcação a mercado (*)	-	(16.938)	(16.938)
	<u>-</u>	<u>28.557</u>	<u>28.557</u>

(*) Os efeitos no resultado de 2018 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) perda de R\$ 17.835 para as dívidas designadas a valor justo e (ii) ganho de R\$ 897 para as dívidas não designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 14).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2018, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado:

Notas Explicativas

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2018		2018	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Varição de taxas de juros	(810)	(911)	-	-
Marcação a mercado	4.752	897	(7)	(16)
Varição cambial	46.406	46.406	-	-
Marcação a mercado	(17.851)	(17.851)	-	16
	32.497	28.541	(7)	-

c) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, Euro, CDI, TJLP, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 30 de junho de 2018 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa) no resultado		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação/ Depreciação cambial de 25%(c)	Apreciação/ Depreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(529.294)		(19.973)	117.344	254.660
Derivativos - swap plain vanilla	542.602		20.475	(120.294)	(261.063)
	13.308	baixa dolar	502	(2.950)	(6.403)
Instrumentos financeiros passivos	(317.477)		(21.996)	(106.864)	(191.733)
Derivativos - swap plain vanilla	315.482		21.858	106.193	190.528
	(1.995)	alta euro	(138)	(671)	(1.205)
Total	11.313		364	(3.621)	(7.608)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			565	(73)	(711)
Efeitos no resultado do período			(201)	(3.548)	(6.897)

(a) A taxa de câmbio considerada em 30.06.2018 foi de R\$ 3,86 para o dólar e R\$ 4,50 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A., sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 4,00 e R\$ 4,82, e a depreciação cambial de 3,77% e 6,93%, do dólar e do euro respectivamente em 30.06.2018.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.

Em função da exposição cambial líquida do dólar ser um ativo e do euro um passivo, o risco é baixa do dólar e alta do euro e portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 30 de junho de 2018 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários

Notas Explicativas

definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Receita (Despesa) no resultado		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	154.196				11.565	14.456	17.347
Instrumentos financeiros passivos	(718.339)				(53.875)	(67.344)	(80.813)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	301.018				22.576	28.220	33.865
	<u>(263.125)</u>	alta CDI	7,37%	7,50%	<u>(19.734)</u>	<u>(24.668)</u>	<u>(29.601)</u>
Instrumentos financeiros passivos	(3.985)	alta TJLP	6,60%	6,60%	(263)	(329)	(395)
	<u>(3.985)</u>				<u>(263)</u>	<u>(329)</u>	<u>(395)</u>
Ativo financeiro da concessão	1.259.955				61.864	46.398	30.932
	<u>1.259.955</u>	baixa IPCA	4,37%	4,91%	<u>61.864</u>	<u>46.398</u>	<u>30.932</u>
Ativos e passivos financeiros setoriais	138.306				10.511	7.883	5.256
	<u>138.306</u>	baixa SELIC	7,18%	7,60%	<u>10.511</u>	<u>7.883</u>	<u>5.256</u>
Total	<u>1.131.151</u>				<u>52.378</u>	<u>29.284</u>	<u>6.192</u>
Efeitos no resultado abrangente acumulado					13	14	15
Efeitos no resultado do período					52.365	29.270	6.177

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indexadores pré-fixados gerariam uma despesa de R\$ 77.394.

(30) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuía no primeiro semestre de 2018, o montante de R\$ 956 (R\$ 1.685 no primeiro semestre de 2017) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 26).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Telles, 977 - 10º andar, Cambuí

13024-001 - Campinas/SP – Brasil

Edifício Dahruj Tower

Caixa Postal 737 - CEP 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000, Fax +55 (19) 3198-6205

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos

Administradores e Acionistas da

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2017 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 07 de março de 2018 sem modificação e às demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente do período de três e seis meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses do trimestre findo em 30 de junho de 2017 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 26 de julho de 2017, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Campinas, 06 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, CEP 93032-525, inscrita no CNPJ sob nº 02.016.440/0001-62, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de junho de 2018;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de junho de 2018.

São Leopoldo, 6 de agosto de 2018.

José Carlos Saciloto Tadiello Diretor Presidente

Gustavo Estrella

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Wagner Luiz Schneider de Freitas

Diretor Administrativo

Thiago Freire Guth

Diretor de Operações

Roberto Sartori

Diretor Comercial

André Luiz Gomes da Silva

Diretor de Assuntos Regulatórios

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, CEP 93032-525, inscrita no CNPJ sob nº 02.016.440/0001-62, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de junho de 2018;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de junho de 2018.

São Leopoldo, 6 de agosto de 2018.

José Carlos Saciloto Tadiello Diretor Presidente

Gustavo Estrella

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Wagner Luiz Schneider de Freitas

Diretor Administrativo

Thiago Freire Guth

Diretor de Operações

Roberto Sartori

Diretor Comercial

André Luiz Gomes da Silva

Diretor de Assuntos Regulatórios